

Para evitar convocação, Sarney propõe esforço concentrado

Presidente do Senado considera improvável a convocação extraordinária do Congresso e relaciona propostas que podem ser votadas em esforço concentrado na primeira semana de julho: parcerias público-privadas, Lei de Biossegurança, reforma do Judiciário e Lei de Falências



DELIBERAÇÕES Para Sarney, com uma semana de esforço concentrado, incluindo votações às segundas e sextas-feiras, o Senado terá condições de examinar as matérias mais urgentes

LDO começa a ser discutida hoje em comissão

Parecer do senador Garibaldi Alves Filho com a proposta de um substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) será debatido a partir das 15h pelos integrantes da Comissão Mista de Orçamento

Página 3

Cristovam pede a Lula “que não deixe morrer o sonho” dos Cieps

Em nova homenagem ao ex-governador Leonel Brizola, Cristovam Buarque apelou ao presidente Lula para que não abandone o projeto de oferecer educação de qualidade e em tempo integral a todas as crianças. “O meu desafio é que o presidente não deixe morrer o sonho e o compromisso que assumiu com o povo”, disse o senador. Ele observou que, no enterro de Brizola, quando o esquife parou em frente ao primeiro Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) por ele inaugurado, populares afirmaram que o Brasil seria diferente se os governos tivessem prosseguido na criação dessas escolas. O senador avalia que o mesmo se pode dizer dos Cieps do governo Lula, “com a diferença de que não vai ser preciso esperar o próximo presidente para paralisar o programa do governo do PT: o programa está parado desde agora”.

Página 6

Lei poderá obrigar cassação de alvarás de oficinas ilegais

Presidente da CPI Mista do Desmanche, o senador Romeu Tuma informou ontem que a comissão poderá apresentar projeto de lei para obrigar as prefeituras a cassarem o alvará de estabelecimentos comerciais que tenham ligação com a venda de peças ilegais e a clonagem de veículos. “A idéia é obrigar as prefeituras a tomarem providências”, afirma.

Página 4

Serys aponta riscos em se restringir ação do Ministério Público

A idéia de se limitar o poder do Ministério Público de participar de investigações criminais foi condenada ontem pela senadora Serys Slhessarenko. Segundo ela, esse poder é uma das maiores conquistas da cidadania com a Constituição de 1988. Serys informou que o procurador-chefe em Mato Grosso, Pedro Taques, advertiu que, se o Supremo Tribunal Federal (STF) concordar com essa hipótese, muitas ações iniciadas pelo Ministério Público, inclusive as provas apuradas contra o bicheiro mato-grossense João Arcanjo Ribeiro, serão consideradas nulas. O STF deve julgar em agosto ação impetrada pelo deputado federal maranhense Remi Trinta (PL), acusado de fraude contra o Sistema Único de Saúde. Ele argumenta que foi investigado pelo Ministério Público, que teria exorbitado de sua função, assumindo trabalho da polícia.

Página 4

Célio Azevedo



NA ATIVA Proposta de Simon estende para 75 anos idade da aposentadoria compulsória

Simon propõe ampliar idade para nomeação de magistrados

Está pronta para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público (PEC 42/03).

A PEC determina o intervalo entre 35 anos e 70 anos para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais, com aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade para funcionários públicos. Na justificativa, Simon argumenta que a expectativa de vida do brasileiro tem aumentado, mas a Constituição não assimilou as mudanças.

O senador afirma que empresários, juristas e políticos, mesmo além dos 70 anos, estão em pleno exercício profissional, sem qualquer prejuízo das funções que desempenham. Ele explica que a proposta não atinge aqueles que podem requerer aposentadoria com base no tempo de serviço. É uma medida para os que querem permanecer em atividade por satisfação pessoal.

Agenda



Plenário discute Lei de Falências

O Plenário retoma hoje, às 14h30, o exame das emendas apresentadas pelos senadores ao projeto de Lei de Falências (PLC 71/03). Está prevista ainda a discussão da proposta que trata do registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais (PLS 7/03) e a votação em primeiro turno da reforma do Judiciário (PEC 20/00). Às 19h, será realizada sessão conjunta do Congresso Nacional.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, o ministro da Cultura, Gilberto Gil; às 11h30, a diretora da Fundação Hemocentro de São Paulo, Leila Cristina Dias. Às 16h, Sarney comparece à abertura da

IX Conferência Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, às 19h, participa da posse do ministro Gilmar Ferreira Mendes, no TSE.

Empréstimo para projeto de desenvolvimento do Tocantins

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã, às 10h, mensagem autorizando o governo do Tocantins a adquirir empréstimo de US\$ 60 milhões junto ao Banco Internacional

para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins.

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve iniciar o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define os parâmetros para a elaboração do Orçamento de 2005.



CCJ vota emendas à PEC dos Vereadores

Duas emendas ao projeto que diminui o número de vereadores e limita as verbas para as câmaras municipais (PEC 55-A/01), apresentadas em Plenário na última semana, serão votadas hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 11h. No mesmo horário, a Comissão de Educação (CE) discute projeto (PLS 87/04) que garante privacidade aos usuários de programas de computador.

Comissão Especial da Mulher define trabalhos

Após a ordem do dia de hoje, a Comissão Especial da Mulher examina o cronograma dos trabalhos do colegiado. Às 13h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado deve votar requerimentos. Entre eles, o que convoca Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo, para depor na CPI.



Indicação para a Abin

A designação de Mauro de Lima e Silva para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) será analisada hoje, às 10h, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O colegiado discute ainda as indicações para os cargos de embaixadores do Brasil em Antígua e Barbuda e na República de Seicheles.

Comissão de Infra-Estrutura

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota hoje, às 14h30, projeto que acaba com a obrigatoriedade de se manter uma área de 15 metros sem construção ao redor de dutos de domínio público (PLC 33/04). A partir das 15h, a CPI da Exploração Sexual realiza reunião reservada.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



SEM APOIO Para Marcos Guerra, não existem políticas públicas dirigidas às empresas médias

Marcos Guerra quer benefícios para empresas de médio porte

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) defendeu a implantação de políticas públicas voltadas para as empresas de porte médio. Ele argumenta que as pequenas e grandes empresas, por terem identidade mais marcada, conseguem tirar vantagens por suas especificidades, ao contrário do que se observa com as médias empresas.

– Espremidas entre regras para pequenas empresas e o poderio econômico das grandes, as médias empresas lutam para cumprir seu papel na economia – disse Marcos Guerra.

Diferentemente das micro e pequenas empresas, observou o senador, não há critério oficial para classificação das empresas de porte médio com base no faturamento, mesmo que diversos economistas refiram-se a um faturamento bruto anual entre R\$ 10 milhões e R\$ 20 milhões. A caracterização oficial da média empresa, informou Marcos Guerra, baseia-se nos critérios utilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no Cadastro de Estabelecimentos Empregadores. Por essa classificação, a média empresa é a que tem entre cem e 499 empregados, se do setor industrial, e entre 50 e 99 empregados, se dedicada aos setores de comércio ou de serviços.

Esquecimento

De acordo com o senador, muitas empresas ficam em uma espécie de limbo, já que não têm acesso ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), por terem um faturamento anual superior ao limite definido de R\$ 1,2 milhão. As médias empresas, defendeu ele, necessitam de redução na carga tributária para investir em pesquisa e modernização tecnológica.

Moneira Mariz

Votação da Lei de Falências deve ser concluída hoje

O substitutivo do Senado ao projeto da nova Lei de Falências, que regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica, pode ter a votação concluída hoje. Os senadores vão deliberar, em Plenário, sobre as emendas apresentadas ao texto básico. A matéria (PLC 71/03) tramita em regime de urgência e está em fase de discussão, em turno suplementar.

Outro projeto que deverá ser votado compatibiliza o Código Tributário Nacional à nova Lei de Falências (PLP 70/03). De natureza complementar, a proposta, que tramita em regime de urgência, recebeu substitutivo do Senado e será discutida em turno suplementar. Poderão ser apresentadas emendas aos dois projetos até o fim da discussão.

Também deverá ser concluída a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 17/04) que aumenta de 25% para 29% o percentual para compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) com os estados e o Distrito Federal. A proposta será votada em segundo turno.

Constam ainda da pauta dois projetos (PLS 7/03 e 246/02) sobre as condições para funcionamento das organizações não-governamentais (ONGs). O primeiro foi apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs e incorpora sugestões contidas no outro projeto, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

O Plenário poderá concluir a votação, em primeiro turno, da reforma do Poder Judiciário (PEC 29/00).

Outra matéria que pode ser submetida a votação é a PEC que reduz de 60.276 para 55.214 o número de vereadores. Por ter recebido emendas, o texto retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reunirá extraordinariamente na manhã de hoje para avaliá-las. A PEC poderá voltar ao Plenário, para apreciação, na tarde de hoje.

E podem ser votados amanhã dois projetos da Câmara (PLC 22/04 e 37/04): o que institui a Bolsa-Atleta e o que cria o Programa de Bolsas de Manutenção para Atletas.

Esforço concentrado pode evitar convocação no recesso, diz Sarney

■ Conforme ele, votações inclusive às segundas e sextas permitiriam concluir exame de matérias importantes

Indagado por jornalistas sobre a possibilidade de o Congresso ser convocado para trabalhar no recesso de julho, o presidente do Senado, José Sarney, disse que dificilmente isso ocorrerá.

– Eu acho que o sentimento da Casa e do próprio governo é de que, se pudermos votar tudo até a primeira semana de julho, não há necessidade de convocação. Dá para votar as matérias mais urgentes – afirmou.

De acordo com Sarney, com uma semana de esforço concentrado, incluindo votações às segundas e sextas-feiras, o Sena-



PRAZOS Sarney considera que as propostas sobre o número de vereadores e sobre a Cide podem ser votadas ainda esta semana

nado terá condições de votar as matérias mais urgentes que aguardam deliberação.

Se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) emitir hoje parecer sobre a proposta de emenda à Constituição que reduz o número de vereadores e sobre a que aumen-

ta o percentual destinado aos estados na distribuição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), é possível, assegurou, apressar os trabalhos para que essas propostas sejam examinadas em Plenário até o dia 30.

Para um esforço concentra-

do, ele listou as seguintes matérias: as parcerias público-privadas (PPPs), a Lei de Biossegurança, a reforma do Judiciário e a Lei de Falências. Mas avisou: “São matérias muito complexas, que demandam muitas sessões para aprovar”.

O presidente da Casa acrescentou que não viu ninguém no Senado querendo que o Congresso seja convocado no recesso.

Sarney também foi indagado se terá encontro com Luiz Inácio Lula da Silva para tratar dessas votações. Respondeu que não há nada previsto, a não ser jantar na casa do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, em um encontro social, ao qual comparecerão os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal.

Senadores e deputados começam a discutir a LDO

O substitutivo apresentado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) começa a ser discutido hoje, às 15h, pela Comissão Mista de Orçamento. Mas a votação depende ainda da decisão dos líderes partidários sobre a convocação extraordinária, ou não, do Congresso.

– A LDO tem que ser votada antes do recesso para possibilitar a própria convocação – disse Garibaldi, que apresentou seu relatório quarta-feira passada para que não fosse responsabilizado por eventual atraso na tramitação da proposta. Por enquanto, afirmou, “continua na mesa o prazo definido pelo colégio de líderes” para encerrar a votação da LDO em 8 de julho e evitar a convocação.

Mas isso poderá ser alterado a qualquer momento se houver convocação durante o recesso para deliberações de matérias como a nova Lei de Falências, a parceria público-privada (PPP) e a Lei de Biossegurança. Nesse caso, segundo Garibaldi, a votação final da LDO teria de ser antecipada. Ele lembrou que o recesso parlamentar só é possível depois de votada a lei

que define os parâmetros para elaboração do orçamento.

Salário mínimo

O senador explicou que sua proposta de estabelecer critério para reajuste do salário mínimo em 1º de maio do próximo ano pretende evitar o desgaste ocorrido este ano nas votações da proposta do governo.

Ele propõe que haja ganho real para o mínimo equivalente à variação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004. Ou seja, seria um reajuste real de 3,5%, que corresponde à projeção de crescimento da economia para este ano, mais a reposição do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) acumulado entre maio de 2004 e abril de 2005, estimado pelo Ministério da Previdência Social em 5,7%.

O parecer de Garibaldi mostra outros pontos importantes. Conforme o senador, o governo poderá rever a meta de 4,25% do PIB para o superávit primário (receitas menos despesas, excluído o pagamento de juros da dívida pública) de 2005 sem autorização específica do Congresso. A LDO já estaria dando essa autorização no caso de o governo acertar com o Fundo Monetário Inter-



MUDANÇAS Garibaldi Alves apresentou substitutivo ao projeto enviado pelo governo

nacional (FMI) a exclusão dos investimentos das estatais do cálculo do superávit fiscal.

A LDO prevê ainda que os principais programas sociais financiados com recursos federais, já previstos no orçamento, não poderão ser alvo de contingenciamento. A proposta de iniciativa do senador Cristovam Buarque (PT-DF), que a intitulou de “choque social”, foi acolhida por Garibaldi. Com isso, ficam protegidos de restrições orçamentárias recursos destinados ao Bolsa-Família, reforma agrária, saneamento, habitação para população de baixa renda, farmácias populares, Saúde na Família e erradicação do analfabetismo, entre outros programas. O substitutivo de Garibaldi reforçou as prioridades para a área social.

Ideli acredita que haverá prorrogação dos trabalhos

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse acreditar que haverá prorrogação de oito dias nos trabalhos do Congresso Nacional em julho, “o suficiente para que seja votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a nova Lei de Falências e as parcerias público-privadas (PPPs). Haveria, conforme ela, sessões deliberativas inclusive às segundas e às sextas-feiras. Ideli não acredita que haverá convocação extraordinária, porque não teria justificativa para o Congresso Nacional e nem para o governo. Quanto à proposta de emenda à Constituição que reduz o número de vereadores, Ideli acha que dificilmente será votada.

– Creio que ficará valendo a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), até porque os interesses dos vereadores das pequenas, das médias e das grandes cidades são contraditórios. E há municípios em que já houve convenções partidárias com base na resolução do TSE – explicou.



Roosevelt Pinheiro
CAUTELA Augusto Botelho esclarece que proposta não fere proteção constitucional ao índio

Augusto quer regular ação de militares em área indígena

Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou projeto de lei complementar regulamentando artigo da Constituição que trata da atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas. O parlamentar argumenta ser necessário “meio normativo adequado para dispor sobre o assunto, que está regulado atualmente por decreto”. A matéria está tramitando nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– A proposição não pretende usurpar a proteção deferida constitucionalmente aos indígenas e tampouco descaracterizar as funções das Forças Armadas e da Polícia Federal. Ao contrário, pretende criar mecanismo para otimizar a tutela dos interesses do povo brasileiro por meio normativo adequado, diferentemente do que ocorre atualmente – justifica o representante de Roraima.

O projeto (PLS 69/04 – complementar) destaca como de relevante interesse público o papel das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras ocupadas por indígenas e considera as terras indígenas em faixa de fronteira indispensáveis à segurança nacional, assinalou o parlamentar.

Conforme Augusto Botelho, a proposta mantém dispositivos do decreto que regulamenta a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras ocupadas por indígenas. Entre esses, “está o que concede liberdade de trânsito e acesso de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública”.

Serys condena restrições à atuação do Ministério Público

■ Senadora diz que eventual decisão do STF nesse sentido impediria até mesmo o Congresso de criar CPI

Com o argumento de que a prerrogativa é uma das maiores conquistas da cidadania na Constituição de 1988, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) condenou, em Plenário, a idéia de se limitar o poder do Ministério Público (MP) de participar de investigações criminais.

Segundo a senadora, o procurador-chefe em Mato Grosso, Pedro Taques, advertiu no fim de semana que, se o Supremo Tribunal Federal (STF) concordar com essa hipótese, muitas ações iniciadas pelo MP serão consideradas nulas, inclusive todas as provas apuradas contra o bicheiro mato-grossense João Arcanjo Ribeiro.

O Supremo deve julgar em agosto uma ação impetrada pelo deputado federal maranhense Remi Trinta (PL), acusado de fraude contra o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele argumenta que foi investigado pelo Ministério Público, o qual



Aloneira Moriz
RISCOS Medida poderia anular ações iniciadas pelo MP, alerta Serys, citando procurador

teria exorbitado de sua função, assumindo trabalho da polícia.

– O procurador Pedro Taques disse que a decisão do STF afetará não apenas o Ministério Público. O Senado e a Câmara também ficariam impedidos de criar CPIs, assim como o Banco Central seria afetado na apuração de crimes financeiros. Até a Receita Federal seria prejudicada em suas investigações sobre sonegação fiscal – afirmou Serys Slhessarenko.

Convocação

Serys condenou a possibilidade de convocação do Congresso para trabalhar no recesso de julho, com os parlamentares recebendo um salário adi-

cional. Para ela, se o governo entende que existem projetos que precisam de votação urgente, o próprio Legislativo deveria se autoconvocar, sem qualquer pagamento extra. A senadora disse que, nas vezes anteriores, devolveu o dinheiro da convocação, por entender que os parlamentares estão apenas cumprindo sua obrigação. O argumento da convocação de janeiro e fevereiro passado foi a votação da emenda paralela da Previdência, mas a matéria até hoje não foi votada pelos deputados, lembrou.

– Eu apresentei uma proposta de emenda constitucional para que seja proibido o pagamento adicional quando os parlamentares forem convocados a trabalhar durante o recesso – informou a senadora, que criticou deputados que vêm falando em convocação, menos de uma semana depois de derubarem o salário mínimo de R\$ 275, restaurando a proposta inicial do governo de R\$ 260.

Serys elogiou ainda a decisão da Associação Médica Brasileira, que colocou o telefone 0800-887-7700 à disposição de quem quer fazer denúncias contra planos de saúde.



Célio Azevedo
OFENSIVA Tuma informa que objetivo do projeto é coibir clonagem de veículos

Tuma: CPI pode exigir mais rigor de prefeituras com oficinas

O presidente da CPI do Desmanche, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse ontem que a comissão poderá apresentar um projeto de lei destinado a obrigar as prefeituras de todo o país a cassarem alvará de estabelecimentos comerciais que tenham ligação com a venda de peças ilegais e a clonagem de veículos. Se for legalmente viável, adiantou, o projeto determinará o corte de repasses federais e estaduais aos municípios que não cumprirem a determinação.

– A idéia é tentar obrigar as prefeituras a tomarem providências. E qualquer candidato a prefeito ainda deveria declarar que, se for localizada uma oficina de desmanche em seu município, vai cassar o alvará da empresa – afirmou Romeu Tuma, ao final de uma audiência pública da CPI realizada na Assembléia Legislativa do Paraná, em Curitiba.

A sugestão de se incluírem as prefeituras na luta contra as tentativas de legalização de veículos e peças irregulares partiu do secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari. Ele relatou aos integrantes da comissão de inquérito que enviou proposta nesse sentido a todas as câmaras municipais do estado. A deputada Mariângela Duarte (PT-SP) sugeriu que, para tornar a idéia mais efetiva, poderia ser estabelecida em lei estadual ou federal a possibilidade de corte de repasses.

Durante a audiência, o tesoureiro do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos do Paraná, Wilson Bill, disse que as oficinas credenciadas por seguradoras estão sob forte pressão para reduzir seus custos e que, por isso, muitas delas acabam recorrendo ao comércio de peças provenientes de veículos irregulares.

Mozarildo pede a votação de regras para funcionamento de ONGs no país

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um apelo para que sejam votados hoje pelo Senado dois projetos de lei que tratam da fiscalização da atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no país. Ele afirmou que, “diante de tantas denúncias de irregularidades, já está passando do momento” de se adotarem esses controles.

Mozarildo lembrou que durante as investigações sobre a atuação das ONGs no Brasil, feitas por comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado, em 2002, foram constatados não somente desvio de verbas públicas, mas também contrabando e até biopirataria. Por isso, a CPI encerrou seus trabalhos com a apresentação de projeto de lei determinando cunho jurídico apropriado para as ONGs, com exigências de fiscalização e prestação de contas.

O senador acrescentou que o



Roosevelt Pinheiro
ABUSOS Mozarildo lembra investigação que constatou desvio de verbas e biopirataria

projeto de sua autoria (PLS 246/02), que complementa o da CPI (PLS 7/03), propõe a criação de um cadastro nacional para identificar cada uma dessas organizações, com detalhamento de fonte de recursos, atuação e normas para contratação de pessoal.

Mozarildo manifestou sua estranheza com as críticas a dispositivo do projeto que obriga as ONGs a prestarem contas ao Ministério Público dos recursos

recebidos e gastos. Ele lembrou que as fundações, órgãos que se assemelham às ONGs, há muito tempo já prestam contas de suas verbas ao MP.

– Por que as ONGs não podem cumprir a mesma exigência? – indagou.

Para Mozarildo Cavalcanti, a atuação sem fiscalização nem controle das ONGs no Brasil representa uma “porteira aberta” a todo tipo de irregularidade, como demonstram os inúmeros artigos publicados na imprensa sobre desvio de verbas e de funções.

O senador lembrou que a Controladoria Geral da União anunciou, na semana passada, que fará um levantamento completo do trabalho das ONGs que atuam na área de promoção da saúde dos povos indígenas, utilizando recursos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Plano Safra pode liberar até R\$ 8 bilhões, anuncia Ideli

■ Líder do PT afirma que devem ser assinados 1,8 milhão de contratos com agricultores familiares

Waldemir Rodrigues



MUDANÇAS Ideli garante que Pronaf vai atender amplamente o Norte e o Nordeste

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), comemorou ontem o anúncio do Plano Safra 2004-2005 para a agricultura familiar, que envolve a liberação de um total de R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 4,22 bilhões para custeio e R\$ 2,78 bilhões de investimento. A meta é assinar 1,8 milhão de contratos dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo que 350 mil agricultores terão, pela primeira

vez, acesso ao crédito rural. – O presidente Lula garantiu que os R\$ 7 bilhões poderão chegar a R\$ 7,5 bilhões, ou até a R\$ 8 bilhões, caso seja necessário – garantiu Ideli.

A senadora de Santa Catarina ressaltou a importância dos agricultores familiares, que somam cerca de 15 milhões em todo o país, produzem 70% de todo o alimento consumido no Brasil e um terço da soja exportada.

– Ele tem uma importância decisiva na economia das nossas cidades médias e pequenas – frisou.

Segundo ela, esses agricultores são 80% da mão-de-obra do campo, e produzem 30% do arroz consumido no Brasil, 60% do feijão e 60% dos frangos e suínos. A senadora disse também que o Pronaf, que sempre se concentrou nas regiões Sul e Sudeste, desta vez atenderá amplamente ao Norte e ao Nordeste.

Senado tem projetos para aumentar renda, diz Paim

Roosevelt Pinheiro



ESTUDO Para Paim, perda do poder aquisitivo do salário começou nos anos 60

Ao registrar sua satisfação com a queda nas taxas de desemprego, o senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem sua preocupação com o crescente empobrecimento do trabalhador brasileiro. Ele apontou que o Senado pode contribuir para evitar esse processo de redução progressiva da renda dos assalariados votando projeto que reduz a jornada de trabalho para 40 horas e proposta que estabelece normas definitivas para a correção do salário mínimo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados pelo senador, o rendimento médio do trabalhador em seis

regiões metropolitanas teve uma queda real de 0,7% em relação a abril e de 1,4% em relação a maio de 2003. Para o parlamentar, o resultado prático da redução da renda do trabalhador está no número de consumidores endividados. Segundo a Federação do Comércio de São Paulo, 72% dos consumidores paulistas apresentam algum tipo de comprometimento de renda.

Paim comentou ainda estudo do economista Márcio Pochmann, segundo o qual, entre 1940 e 1999, o Produto Interno Bruto (PIB) foi multiplicado por quase cinco vezes, enquanto que o poder aquisitivo do salário mínimo perdeu, principal-

mente a partir dos anos 60, cada vez mais participação relativa na renda por habitante. Esse quadro piorou com o Plano Real, que completará dez anos na próxima quinta-feira, com a queda da renda e o aumento do desemprego, disse.

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) registrou solidariedade à preocupação de Paim e garantiu apoio às propostas.

Virgílio: com Lula, número de milionários cresceu 6,67%

Gerardo Magela



CONTAS Virgílio afirma que Lula piorou a vida dos pobres e melhorou a dos ricos

Referindo-se às contas do primeiro ano do governo que, embora aprovadas, mereceram ressalvas do Tribunal de Contas da União (TCU), o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que não há mais como contestar que o governo Lula piorou a vida dos pobres e melhorou a dos ricos.

Arthur Virgílio referiu-se ao crescimento do número de

milionários no Brasil, que, segundo o Banco Merrill Lynch, ao longo do primeiro ano do mandato de Lula, cresceu 6,67%, passando de 75 mil em 2002 para 80 mil em 2003.

O parlamentar disse que já

esperava esse malogro do Executivo no primeiro ano de administração, tão frequentes têm sido os desencontros da equipe petista. Virgílio criticou principalmente o fato de o governo não ter aplicado o percentual mínimo previsto pela Constituição federal na área de saúde.

– Agora não há como contestar. Lá vem o Brasil descendo a ladeira, a mais de 1% ao mês, ou na boa gíria, tão do gosto do petista-chefe, a 100 quilômetros horários. De nada adianta gritar “se segura, peão”, porque o Brasil vai mal, segundo o julgamento técnico do TCU – concluiu.



CONTRADIÇÕES Alvaro: decisão de juiz paulista “valida falência jurídica do Estado brasileiro”

Alvaro faz alerta para “governança temerária”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou que, enquanto as contradições se multiplicam na gestão petista e o próprio presidente Lula assume posturas diametralmente opostas, dependendo da plateia e da audiência, o governo federal emite sinais de “uma governança temerária”. Ele opinou que recente decisão de um juiz de Taubaté (SP) validou a falência jurídica do Estado brasileiro ao determinar que o Unibanco contrate milícia particular para reaver área invadida pelos sem-terra.

– O juiz de Taubaté, a antítese da Velhinha de Taubaté, que, a despeito de reconhecer que a garantia da propriedade é um direito inviolável e que cabe ao Estado assegurá-la, reconhece que o Estado não tem condi-

ções reais de assegurar tal direito, e com olhos na realidade estabelece um novo paradigma – afirmou Alvaro Dias.

Segundo o senador, a Velhinha de Taubaté, personagem criado nos anos 80, voltou a ocupar a coluna do seu autor, o escritor Luis Fernando Verissimo. Ele disse que Verissimo comunicou que a Velhinha ainda está viva e hoje acredita em tudo o que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, diz na televisão.

Alvaro Dias ironizou que provavelmente apenas a Velhinha de Taubaté está acreditando em um governo que não investiu nenhum centavo em saneamento e apenas 1,95% em educação e 1,54% em agricultura dos recursos previstos no Orçamento deste ano, e explicou que o arrocho fiscal possibilitou o cumprimento da meta de superávit fiscal com um mês de antecedência.

Entre janeiro e maio, computou Alvaro Dias, o setor público economizou R\$ 38,2 bilhões para o pagamento de juros: R\$ 5,5 bilhões a mais do que o acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para todo o primeiro semestre deste ano. Mesmo assim, completou o senador, não foi possível conter o avanço da dívida. Ele revelou que, no mês de maio, o endividamento do governo chegou a R\$ 946,6 bilhões, o equivalente a 56,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Quando Lula assumiu, lembrou, essa proporção era de 55,5%.

Azeredo elogia artigo de jornal e critica economia



Roosevelt Pinheiro

INCERTEZAS Artigo lido por Azeredo resalta ausência de estratégia do governo

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) enalteceu o artigo “Rumos do Governo Lula”, assinado pelo economista Gesner Oliveira no jornal *Folha de S. Paulo*, afirmando que nos primeiros 500 dias da atual administração “o que se observa é a ausência de uma estratégia de crescimento sustentado”. Segundo o artigo, lido na íntegra por Eduardo Azeredo, “as ações do governo conspiram contra o desenvolvimento tanto no plano macro quanto no microeconômico”. O economista concluiu alertando que, à falta de sinais adequados para o investimento, “será impossível pensar em retomar uma trajetória de crescimento sustentado nos próximos anos”.

No artigo citado pelo sena-

dor, o economista, que presidiu o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) entre 1996-2000, alertou também para o que chamou de “ambigüidades” da posição oficial que, na opinião dele, só contribuem para aumentar a incerteza, comprometendo os investimentos de longo prazo. Um exemplo, disse Gesner Oliveira, é o abandono das chamadas reformas estruturais que, após as mudanças previdenciária e tributária, observou, praticamente se esgotaram.



PRIORIDADE Segundo Heloísa, essas instituições deveriam ter tratamento diferenciado

Projeto de Heloísa beneficia hospitais universitários

Projeto da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) apresentado em março deste ano tem por objetivo garantir mais recursos para os hospitais universitários. Com acréscimo de artigo à Lei 8.080/90, o projeto (67/04) veda a fixação de teto financeiro para os pagamentos aos hospitais da rede pública e aos hospitais de ensino, por atendimento

ou procedimento efetuados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Em razão de todas as atribuições que exercem, especialmente a formação de profissionais da área de saúde, esses hospitais necessitam de um tratamento diferenciado, na

avaliação da senadora.

Heloísa argumenta que os hospitais de ensino, vinculados ao SUS, atravessam grave crise financeira. De acordo com a senadora, a situação deficitária se arrasta há vários anos, tendo origem no momento em que a remuneração dessas instituições passou a ser calculada a partir dos registros das atividades

(prontuários, fichas de atendimento, exames) e, posteriormente, transformada em contas hospitalares para o reembolso das despesas.

A principal razão do problema, explica a senadora por Alagoas, é que o reembolso é calculado a partir de tabelas muito defasadas em relação ao custo real dos procedimentos hospitalares.

Papaléo quer mais recursos para educação no trânsito

Ao recordar as 18 mil vítimas fatais de acidentes ocorridos em 2002 no país, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu a aplicação, pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), de recursos do Fundo Nacional da Segurança e Educação no Trânsito (Funset) em programas de educação para os motoristas. O fundo é formado por 5% do valor das multas aplicadas em todo o território nacional.

– Destinar esses recursos para a educação no trânsito e para a segurança é uma forma de dar à fiscalização um objetivo maior do que simplesmente o controle e a punição. Esperemos que as restrições orçamentárias pelas quais passa o país no momento não prejudiquem demasiadamente a aplicação desses recursos, dificultando nossos esforços preventivos – afirmou Papaléo.

O senador observou que os custos com acidentes, em 2002, alcançaram a marca de R\$ 10 bilhões. A maioria das vítimas, recordou, é de homens com idades entre 15 e 44 anos.

Segundo os especialistas, disse o senador, a maior parte dos acidentes é causada por erro, imperícia ou imprudência do motorista. Em proporção menor, citou, concorrem ainda as condições das estradas e as falhas mecânicas.



PREVENÇÃO Papaléo Paes diz que punição e controle dos motoristas não bastam

Cristovam pede ao governo que não abandone os Cieps

Ao homenagear Brizola, senador lembra a qualidade das escolas integrais já implantadas no país

Em nova homenagem ao ex-governador Leonel Brizola, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que não abandone o projeto de oferecer educação de qualidade e em tempo integral a todas as crianças.

– O meu desafio é que o presidente não deixe morrer o sonho e o compromisso que assumiu com o povo brasileiro.

Cristovam Buarque observou que, durante o enterro de Leonel Brizola, quando seu esquife parou em frente ao primeiro Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) por ele inaugurado, mais de um popular foi entrevistado pela televisão dizendo que o Brasil seria diferente se os governos seguintes tivessem prosseguido na criação dessas escolas.



RECURSOS Cristovam: dinheiro está parado nos estados por falta de cuidado do MEC

O que espanta Cristovam é que agora, em sua avaliação, o mesmo se pode dizer dos Cieps do governo Lula, com a diferença “de que não vai ser preciso esperar o próximo presidente para paralisar o programa do governo do PT: o programa está parado desde agora”.

– Este ano, o Ciep de Lula foi abandonado. O dinheiro transferido em dezembro do ano passado não chegou a todos os municípios porque está parado

nos estados e o Ministério da Educação não está cuidando para que os governadores transfiram esses recursos.

Mais grave ainda, na opinião do senador, é que nenhum novo acordo para implantação de Ciep foi feito. E os R\$ 244 milhões reservados a esse programa, de acordo com Cristovam, tiveram gasto zero.

– Tudo indica que ainda neste segundo semestre o governo Lula vai propor realocar esses R\$ 244 milhões. E o Ciep de Lula morrerá ainda no segundo ano de seu governo. Como morreu o Ciep de Brizola no governo que o sucedeu.

O senador informou que, no primeiro ano deste governo, foram dados os passos necessários para levar adiante a idéia de horário integral em todas as escolas do Brasil, começando já em 2003. Cristovam Buarque apelou aos senadores e ao governo para que não deixem morrer essa idéia, que “brotou dos sonhos de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e que já foi também um sonho do próprio presidente Lula”.

Mozarildo: Universidade para Todos pode se tornar projeto assistencialista

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) criticou a proposta do ministro da Educação, Tarso Genro, de adotar o programa denominado Universidade para Todos. Segundo o senador, a idéia tem tudo para se transformar em mais um projeto assistencialista, à custa de uma grande isenção tributária a ser concedida às instituições privadas de ensino superior, que, observou, já têm lucros abusivos.

De acordo com o programa, as instituições de ensino superior privadas que assina-

rem termo de adesão com o Ministério da Educação irão oferecer vagas gratuitas para estudantes de baixa renda e professores da rede pública sem curso superior. Em contrapartida, essas instituições ficarão isentas do pagamento de tributos.

– Não seria mais sensato criar vagas nas universidades públicas, que oferecem um ensino melhor, com os recursos de que o governo estará abrindo mão com o programa? – indagou.

Mozarildo Cavalcanti en-

dossou, em outra parte de seu pronunciamento, proposta defendida pela organização não-governamental Médicos sem Fronteiras, de intensificar o combate à malária que assola o continente africano. Ele informou que a doença é responsável pela morte de mais de 1 milhão de pessoas por ano.

O senador ainda enalteceu a posse do desembargador Mauro Campello na presidência da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude.



COOPERAÇÃO Valmir Amaral analisa trabalho da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Valmir Amaral: defesa da língua pátria é prova de força

Além de representar o amor que um cidadão sente por seu país, a defesa da língua pátria é uma maneira que um povo tem de mostrar sua força. Essa é a opinião do senador Valmir Amaral (PMDB-DF), que destacou a consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o papel da entidade.

– A defesa de nosso idioma e a luta por uma língua portuguesa forte são indícios de que esses países estão conscientes da importância da língua para a auto-estima de seus povos – afirmou o senador.

Ele observou que a CPLP é o resultado de um processo de cooperação que já dura vários anos, lembrando que Brasil e Portugal, por exemplo, buscam unificar a ortografia do idioma desde a década de 70, com significativos progressos. Valmir Amaral também citou o progresso na interação com os outros países do grupo, como Timor Leste, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau.

Essa comunidade engloba, atualmente, conforme informou o parlamentar, cerca de 250 milhões de pessoas nos cinco continentes, sendo que o Brasil concentra 80% dos falantes da língua portuguesa, que também é a quinta mais falada do planeta.



Ideli: Lei de Biossegurança já pode ser votada

■ Para líder do PT, deve ser elaborado relatório conjunto, que poderá ir a exame do Plenário na próxima semana

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), anunciou que o projeto da Lei de Biossegurança pode ser votado na próxima semana. De acordo com Ideli, as discussões sobre pontos polêmicos “já foram esgotadas” durante as audiências públicas realizadas pelas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). Ela acrescentou que deverá ser elaborado relatório final conjunto das quatro comissões encarregadas de analisar a proposta (PLC 9/04), para ser submetido ao Plenário.

O nome do relator do substitutivo ainda não foi definido.

– Já há acordo no sentido da elaboração de um relatório de consenso entre os integrantes das Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, de Assuntos Econômicos e de Justiça. Não podemos mais protelar a regulamentação de regras para produtos geneticamente modificados – disse Ideli.

O projeto, aprovado na Câmara em fevereiro, será modificado especialmente no que se refere à utilização de células-tronco para pesquisas, que havia sido descartada pelos deputados por pressão de parlamentares evangélicos e católicos. Serão também introduzidos dispositivos para diminuir a burocracia na aprovação de pesquisas, produção e comer-

cialização de transgênicos, segundo adiantou a parlamentar.

Ideli explicou que a matéria é uma das de tramitação mais atrasada entre as que o governo quer ver aprovadas pelo Senado até o fim dos trabalhos legislativos do semestre, mas adiantou que a proposta não deverá mais ser desmembrada, sendo que a utilização de células-tronco será tratada no mesmo texto que irá dispor sobre os organismos geneticamente modificados (OGMs).

– Saímos de uma audiência em que foram ouvidos pesquisadores, como Dráuzio Varella, certos de que tão importante quanto a aprovação de normas para OGMs é a regulamentação de pesquisas com células-tronco.

Ideli admite que há posições divergentes dentro do próprio

PT em relação ao projeto, como é o caso da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que apoiou a proposta aprovada pela Câmara, dando ênfase à necessidade de outras áreas técnicas do governo serem ouvidas antes da produção e comercialização de OGMs.

CTNbio

Além de aprovar pesquisas com células-tronco, os senadores querem modificar as normas para transgênicos, restabelecendo mais autonomia para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Preocupado com a falta de definição, o presidente da CE, Osmar Dias (PDT-PR), frisou que “não se pode interromper o trabalho da pesquisa e dificultar a

ação dos cientistas que querem apresentar ao Brasil e ao mundo resultados de trabalhos que já estão prontos, mas que não podem ser apresentados porque não há regulamentação”.

Osmar Dias lembrou que diante da falta de regras, a Embrapa está sendo obrigada a instalar experimentos nos Estados Unidos.

Para o secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, João Capobianco, a proposta da Câmara não coloca qualquer restrição à pesquisa. Ao contrário, confere autonomia à CTNbio para deliberar sobre as propostas. O grande problema, segundo ele, que participou de audiência pública na CAS, está na autonomia pretendida pelo comitê para a produção e comercialização dos OGMs.

Senadores ouvem cientistas e devem aprovar uso de células embrionárias

As questões levantadas nas audiências públicas realizadas pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) em torno do projeto da Lei de Biossegurança são as mesmas que provocaram divergências ao longo da elaboração da proposta.

Na Câmara, o substitutivo do então líder do governo, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), modificou a proposta enviada pelo Executivo ao Congresso, dando amplos poderes à CTNbio, que ficaria com a palavra final na aprovação de pesquisas e na comercialização de organismos geneticamente modificados.

Com a nomeação de Rebelo para ministro de Coordenação Política do governo, o novo relator, Renildo Calheiros (PCdoB-PE), alterou pontos importantes do relatório para atender proposições do Ministério do Meio Ambiente e de

ambientalistas. Os deputados estabeleceram que a CTNbio teria autonomia para aprovar pesquisas, mas, em relação à produção e comercialização, outras áreas do governo precisariam ser ouvidas.

A Câmara modificou também a composição da comissão, ampliando a participação de técnicos do governo e da iniciativa privada, em detrimento do número de cientistas. De acordo com o projeto, a CTNbio passaria a ser formada por 12 cientistas e 15 técnicos da iniciativa privada e do governo.

No texto aprovado pelos deputados, foi excluído o dispositivo que tratava de pesquisa com células-tronco embrionárias. O tema voltou à discussão no Senado e acabou obtendo consenso entre cientistas e senadores no que se refere à utilização em pesquisas apenas de embriões que não são usados nos tratamentos de reprodução

e que estejam congelados há mais de três anos. Senadores e especialistas concordam com a proibição de produção de embriões exclusivamente para pesquisa.

Essas posições foram defendidas na CAS pelo médico Dráuzio Varella e pela diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP, Mayana Zatz.

Para apressar a aprovação de normas voltadas para a pesquisa e comercialização de OGMs, pensou-se em desmembrar o projeto, para votação no Senado. Nesse caso, a questão das células-tronco passaria a ser tratada numa proposta paralela. Entretanto, os cientistas ouvidos nas audiências apelaram para que se mantivesse a integridade do texto. A falta de definição, na opinião dos especialistas, continuaria a protelar uma decisão que é considerada fundamental para o avanço da pesquisa no país.



DISCUSSÃO Há controvérsia sobre riscos que pode ocasionar uso de soja transgênica

Decisão do Congresso evitaria medida provisória

O governo editou, ano passado, duas medidas provisórias sobre a soja transgênica: a primeira, em fevereiro, autorizando a comercialização de se-

mentes produzidas em 2003, e a outra, em agosto, garantindo o plantio da safra 2004/2005.

Agora, os agricultores estão pressionando o Congresso pela imediata votação da Lei de Biossegurança.

Caso a proposta não seja votada até o início do plantio da nova safra, o que ocorre entre setembro e outubro, o governo pode ser obrigado a editar nova medida provisória, já que parte da soja do Rio Grande do Sul tem sido produzida com sementes geneticamente modificadas. O Executivo quer aprovar logo a lei para não sofrer o desgaste de editar uma MP, o que teria reações contrárias dentro do próprio governo.

As sementes transgênicas produzidas pela multinacional Monsanto foram contrabandeadas da Argentina e há controvérsias sobre a sua produtividade e riscos ao meio ambiente. Nos Estados Unidos, o plantio da soja geneticamente modificada foi autorizado, depois de prolongados estudos de seu impacto no meio ambiente e na saúde humana.

Debate expõe polêmica sobre cotas para negros

Paulo Paim e Jefferson Péres discutem na Rádio Senado a reserva de vagas em universidades

A adoção do sistema de reserva de vagas em universidades públicas para estudantes afro-descendentes foi o tema de debate promovido ontem pela Rádio Senado. As intervenções dos debatedores, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM), mostraram o quanto o assunto é polêmico, mas convergiram para a necessidade de que o país tenha mecanismos de compensação das desigualdades raciais.

Autor do chamado Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (*ver box*), Paulo Paim rebateu as acusações de que os chamados alunos cotistas, que tiverem o acesso à universidade facilitado pelo siste-



CRITÉRIO Para Jefferson, política de acesso à universidade deve se basear em fator socioeconômico

ma de reserva de vagas, sofrerão discriminação por isso.

– Nós todos achamos que temos que investir no ensino público, mas acontece que o Estado não faz isso e o negro acaba sendo prejudicado e não tendo acesso ao ensino superior. É melhor ser discriminado lá dentro do que aqui fora – disse o senador, apresentando da-

dos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, primeira instituição a adotar o sistema, segundo os quais os alunos cotistas apresentam rendimento compatível com o dos melhores alunos dos cursos.

Jefferson insistiu na necessidade de que as políticas públicas de acesso à universidade sejam baseadas em fatores socioeconômicos, prioritariamente. Ele ainda chamou a atenção para as dificuldades de se definir a ascendência dos brasileiros.

Jefferson observou ser importante a discussão do assunto, e a instituição de mecanismos de reparação da dívida histórica que o Brasil tem para com a população negra.

Paim afirmou que a adoção das cotas para afro-descendentes não impede que sejam implantados mecanismos que facilitem o acesso ao ensino superior a outros segmentos: “Deve haver políticas de compensação para índios e pobres”.



CONSENSO Comissão de Assuntos Econômicos aprovou por unanimidade o Estatuto da Igualdade Racial

Estatuto beneficia afro-descendentes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, por unanimidade, projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) que cria o chamado Estatuto da Igualdade Racial. A proposta, que ainda vai passar por outras comissões, prevê, além da reserva de vagas nas universidades públicas para alunos afro-descendentes, uma série de mecanismos de promoção da população negra.

O estatuto estabelece a reserva de 20% dos cargos de direção no governo federal e das

vagas nos concursos públicos para afro-descendentes, além de 30% das vagas nas chapas dos partidos, nas campanhas eleitorais.

Mesmo com aprovação unânime, o projeto sofreu questionamentos. O senador Almeida Lima (PDT-SE) viu aspectos contraditórios no texto, que, “ao pretender combater a discriminação, procura privilegiar apenas afro-descendentes, deixando de lado outras etnias”.

A proposta inclui a possibilidade de concessão de incenti-

vos a empresas privadas que façam políticas de inclusão racial. Na esfera governamental, determina a criação de ouvidorias permanentes para denúncias de crimes raciais e de varas especiais no Poder Judiciário para questões raciais.

O estatuto deve ser votado pelas Comissões de Educação (CE), Assuntos Sociais (CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir a Plenário. Se aprovado, será examinado pelos deputados, para só então ser transformado em lei.



LIMITE Proposta de Cabral vale para aposentado que receba até um salário mínimo

Sérgio Cabral quer isentar os aposentados de taxas bancárias

Proposta apresentada pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) determina a isenção de taxas bancárias para aposentados da Previdência Social que ganhem até o valor equivalente a um salário mínimo. O projeto (PLS 173/

2004), que modifica o Estatuto do Idoso, aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em sua justificativa, Sérgio Cabral lembra que os bancos emprestam o dinheiro depositado pelos correntistas a taxas de juros que alcançam 10% ao mês. Além dos juros, os bancos cobram taxas por seus serviços, o que levou o setor a auferir lucratividade recorde nos últimos anos.

Para o parlamentar, é preciso obrigar os bancos a dar sua cota de colaboração para a melhoria da situação econômica dos aposentados que recebem até um salário mínimo. A forma por ele vislumbrada é isentar esses aposentados de todas as taxas bancárias cobradas pelas instituições financeiras de seus correntistas.

De acordo com Sérgio Cabral, “a prática dessa cobrança faz com que se torne ainda menor o já pequeno valor que esses brasileiros recebem a título de aposentadoria”.

Projeto muda classificação etária de filmes e vídeos

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou projeto de lei reduzindo de 18 para 16 anos a idade máxima para a classificação etária de filmes e vídeos. De acordo com o parlamentar, se o jovem já é legalmente capaz do ponto de vista civil, sendo inclusive autorizado a votar, tem o direito de escolher filmes em salas de cinema ou locadoras.

Na justificativa do projeto (PLS 128/04), o senador observa que o Ministério da Justiça tem regulado por meio de atos administrativos a exigência de classificação de espetáculos e diversões contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 74). Sem que uma lei estabeleça um limite, o ministério tem fixado a idade de 18 anos.

Para o parlamentar petista, também do ponto de vista prático esse limite não tem



LIBERDADE Segundo Mercadante, jovem de 16 anos deve ter direito de escolha

eficácia, uma vez que, pela Internet, qualquer jovem pode ter acesso a obras audiovisuais. Assim, a restrição só teria como efeito o prejuízo aos proprietários das salas de cinema e das locadoras.

– Se a sociedade já dá aos maiores de 16 anos a liberdade, e a conseqüente responsabilidade de realizar atos de graves conseqüências para esses adolescentes e para a sociedade em geral, não podemos admitir que não se lhes conceda o direito de escolha responsável de filmes – argumenta ainda Aloizio Mercadante.